

RESENHA DA OBRA “POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME: A TRAJETÓRIA DOS RESTAURANTES POPULARES DE TOLEDO/PR”

REVIEW OF THE WORK “PUBLIC POLICIES TO COMBAT HUNGER: THE TRAJECTORY OF THE POPULAR RESTAURANTS OF TOLEDO/PR”

RESEÑA DE LA OBRA “POLÍTICAS PÚBLICAS DE LUCHA CONTRA EL HAMBRE: LA TRAYECTORIA DE LOS RESTAURANTES POPULARES DE TOLEDO/PR”

Rogério Ribeiro¹

Como citar esta resenha: RIBEIRO, Rogério. Resenha da obra “Políticas públicas de combate à fome: a trajetória dos restaurantes populares de Toledo/PR”. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, Resenhas, p. 1-5, 27 ago. 2024. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.5441>.

Resenha recebida em: 22/05/2024

Resenha aprovada em: 25/07/2024

Resenha publicada em: 27/08/2024

A presente resenha versa sobre a obra intitulada “Políticas Públicas de Combate à Fome: a trajetória dos Restaurantes Populares de Toledo/PR”, publicado em português no formato de e-book no ano de 2022 pela Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (EDUNIOESTE) e de autoria de Mirian Beatriz Schneider, Nilson de Paula e Francielly da Fonseca Costa. Na apresentação, realizada pelo professor Exolvildres Queiroz Neto, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), é destacado que o livro aborda as “Geografias da Fome” no Brasil, cenário esse que não resulta apenas de adversidades climáticas, mas, sobretudo, do problema do acesso ao alimento. A obra está estruturada em três capítulos e na conclusão.

No primeiro capítulo, intitulado “Determinantes Ocultos da Fome”, os autores abordam as questões da fome e da desigualdade social no Brasil, especialmente no contexto neoliberal. Eles discutem a importância da alimentação para a existência humana, mostrando como diversos fatores sociais, econômicos e políticos moldam a alimentação e a distribuição de recursos. O capítulo destaca como a desigualdade social, particularmente a pobreza e a má distribuição de renda, contribuem para a insegurança alimentar.

Também fornecem uma visão da desigualdade social no Brasil, situando-a no contexto neoliberal. O Brasil é apresentado como um país historicamente desigual, com raízes na era

¹Professor da Unespar/Apucarana (PR). Economista pela FECEA. Mestre em Economia pela UEM e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Unioeste/Toledo. Paraná. Brasil. Email: rogerio.ribeiro@unespar.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1315-4473>.

colonial, e essa desigualdade persistiu mesmo após a industrialização e a urbanização. A relação entre latifúndios e o setor industrial é abordada, assim como a migração da população rural para áreas urbanas e a influência da herança escravocrata no molde das cidades.

A evolução econômica do Brasil nas últimas quatro décadas também é discutida, com ênfase na crescente desigualdade de renda. O texto cita dados que mostram a disparidade de renda entre os mais ricos e os mais pobres do Brasil, e como essa desigualdade se aprofundou em anos recentes, especialmente após a crise econômica e política iniciada em 2013. A narrativa destaca a vulnerabilidade de uma vasta parcela da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza.

Na sequência, discute-se a influência do neoliberalismo nas transformações socioeconômicas, evidenciando como essa abordagem amplifica a desigualdade e deteriora as condições de vida. Um dos equívocos proeminentes desse sistema é promover a noção de igualdade de oportunidades. Contudo, ressalta-se a presença de um desequilíbrio estrutural que beneficia majoritariamente as grandes corporações. Além disso, o neoliberalismo valoriza a meritocracia, atribuindo aos indivíduos a responsabilidade por suas conquistas ou derrotas, ao passo que diminui as salvaguardas tradicionais dos trabalhadores. Nesse cenário, as empresas assumem uma posição de destaque, moldando políticas governamentais e restringindo a participação democrática em deliberações econômicas.

Os autores destacam suas inclinações em perceber as discrepâncias socioeconômicas como fenômenos naturais, encarando os contrastes entre riqueza e pobreza como consequências inescapáveis, e não como questões estruturais. Eles também abordam o deslocamento de comunidades empobrecidas para regiões periféricas das cidades, juntamente com os desafios advindos da migração e da carência de infraestrutura. O papel da alimentação é retratado em sua mutação contínua, enfocando-se menos na origem natural dos alimentos (aqueles que não passaram por processos industriais extensivos e que são produzidos de maneira tradicional e sustentável) e mais nas informações nutricionais e táticas comerciais. A indústria alimentícia tem promovido uma diversificação acentuada de produtos, gerando paradoxalmente uma ampla variedade de opções e uma real deficiência nutritiva para grande parte da população.

A fome, antes associada a comunidades empobrecidas, agora permeia até segmentos sociais mais prósperos, evidenciando a crescente desigualdade. O artigo evoca a obra “Geografia da Fome” de Josué de Castro, publicada pela primeira vez em 1946, para sublinhar que, embora o contexto tenha evoluído desde o início do século XX, a essência do problema permanece. O sistema alimentar reflete as discrepâncias sociais, com o setor agroalimentar sendo palco de exploração e condições precárias, especialmente no ambiente rural. Predominam contratos informais, riscos laborais e problemas como trabalho infantil e forçado. Notavelmente, muitos desses trabalhadores, responsáveis pela produção de alimentos, enfrentam dificuldades para se alimentar de maneira digna, ilustrando as acentuadas desigualdades e explorações no âmbito alimentar.

No contexto de uma sociedade mercantil, os autores enfatizam como o sistema de mercado, com sua lógica intrínseca, molda o acesso e distribuição de alimentos, resultando em inseguranças alimentares e desigualdades. Essa tensão é agravada pelo papel fundamental dos alimentos versus as forças comerciais que regulam seu acesso. Ao criticar as dinâmicas do capitalismo, em particular a indústria alimentícia, os autores argumentam que, apesar do avanço produtivo e tecnológico, o sistema não garante a disponibilidade adequada de alimentos para

todos. A insegurança alimentar, refletida na escassez de alimentos nutritivos, é agravada por flutuações econômicas, com crises intensificando a pobreza e, conseqüentemente, a fome e a subnutrição.

O capítulo aborda, também, a precarização laboral e suas conseqüências na renda e poder de compra, incluindo a capacidade de acessar alimentos. A transformação nas dinâmicas de trabalho, ligada ao declínio dos direitos dos trabalhadores, é exacerbada pela adesão aos princípios neoliberais, que priorizam a mobilidade do capital e a competição global, muitas vezes beneficiando corporações em detrimento do bem-estar dos trabalhadores. Paralelamente, é ressaltada a responsabilidade do Estado em assegurar o fornecimento de alimentos, destacando-se a urgência de políticas que garantam acesso a produtos de qualidade face a um mercado global que frequentemente privilegia lucros sobre a saúde pública.

O segundo capítulo aborda a complexa interação entre urbanização, desenvolvimento desigual e políticas públicas voltadas para a insegurança alimentar. À medida que as sociedades se urbanizam, emergem desafios que exigem soluções justas. Contudo, a rápida urbanização, pontuada por acentuadas desigualdades, desemprego persistente e proliferação de favelas, intensificou os desafios da insegurança alimentar, não se limitando somente aos centros urbanos, mas alcançando também o campo. Essa dinâmica reforça a necessidade vital de ação governamental para garantir o acesso à alimentação como um direito fundamental.

A autoria oferece uma perspectiva abrangente sobre políticas públicas, destacando sua variabilidade entre regiões: na Europa, o foco é o papel estatal, enquanto nos EUA, é vista mais como disciplina acadêmica. Em nações em desenvolvimento, a necessidade de políticas adaptadas para mitigar desigualdades é sublinhada. Paralelamente, o texto discute a desregulamentação e desigualdade globalmente e no Brasil. Essa análise abrange programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), avaliando seus méritos e desafios.

A segurança alimentar no Brasil é detalhadamente abordada, destacando-se programas como o Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerenciado pela CONAB. Enquanto se reconhecem avanços na redução da pobreza e insegurança alimentar, o capítulo enfatiza a importância da continuidade desses esforços. O PAA, suas nuances operacionais e impactos no setor agrícola, incluindo diversificação e profissionalização, são discutidos intensamente. Em essência, o capítulo oferece uma análise aprofundada e equilibrada das políticas de combate à insegurança alimentar no Brasil, promovendo uma reflexão sobre sua evolução e necessidade de adaptação futura das políticas públicas e das estratégias de combate à fome implementadas pelo Estado. E outro destaque é conferido ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que tem por premissa a oferta da alimentação escolar agregada com ações de educação alimentar nutricional.

O terceiro capítulo examina a trajetória dos Restaurantes Populares no Brasil, evidenciando sua relevância na discussão de segurança alimentar e nutricional. Originado na década de 1940, o programa, proposto pelo governo federal, visava oferecer alimentação de qualidade a preços acessíveis. Entretanto, foi pausado em 1967 durante o regime militar e retomado em 2003 com o Programa Fome Zero, sendo posteriormente integrado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006.

O estudo faz uma análise aprofundada dos Restaurantes Populares, destacando a influência de Josué de Castro e sua obra “Geografia da Fome”, que redefiniu a compreensão da fome como resultado de má alimentação e não apenas escassez. Aborda desafios operacionais desses restaurantes, citando estudos em diversas cidades que identificam lacunas no treinamento de seus funcionários. Além disso, contextualiza os Restaurantes Populares (RPs) no panorama econômico e político do Brasil, especialmente durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, evidenciando sua relação com a macroeconomia e as políticas públicas.

Um dos aspectos mais cativantes do capítulo é o estudo de caso dos Restaurantes Populares em Toledo-PR. Fundada na década de 1940, esta cidade atua como um microcosmo do Brasil, espelhando os êxitos e desafios do programa. O ex-prefeito José Carlos Schiavinato (com dois mandatos, de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012) é retratado como um defensor dos RPs, evidenciando o impacto do comprometimento político na criação e manutenção de políticas públicas efetivas.

A análise detalha os desafios dos Restaurantes Populares (RPs) no Brasil, desde a elaboração de cardápios nutritivos à manutenção de rigorosas práticas de higiene, evidenciando sua vulnerabilidade, especialmente durante a pandemia da Covid-19 e reformas subsequentes. Este capítulo tece uma narrativa histórica e crítica, proporcionando uma perspectiva abrangente sobre o valor e os desafios da segurança alimentar e a importância dos RPs nesse contexto, tornando-se essencial para quem deseja entender a política alimentar brasileira.

Na conclusão, denominada “A Refeição Está Servida?”, os autores discutem a complexa relação entre alimentação e direitos humanos, oferecendo uma visão ampla da fome e insegurança alimentar no Brasil, com ênfase nos Restaurantes Populares. Os autores enfatizam a alimentação como um direito humano fundamental e destacam as distorções resultantes de sua comercialização, como o aumento de alimentos ultraprocessados e a elevação dos preços, tornando os desafios já presentes na área alimentar.

O livro destaca que, mesmo com avanços econômicos e científicos, a fome persiste como um desafio para muitos. A pandemia da Covid-19 exacerbou essa situação, ampliando a insegurança alimentar, sobretudo entre famílias vulneráveis socioeconomicamente. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2021, apontou um preocupante aumento da insegurança alimentar, impactando principalmente trabalhadores informais e desempregados.

A Rede PENSSAN foi formalmente instituída em novembro de 2017, após um processo de articulação que começou em 2012 e envolveu diversos encontros e seminários. A Rede é composta por profissionais de diferentes regiões do Brasil, incluindo pesquisadores, educadores, extensionistas, estudantes e outros agentes comprometidos com a construção de um conhecimento democrático em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Seus objetivos incluem a promoção de um conhecimento acadêmico interdisciplinar e multiprofissional, a realização de pesquisas cidadãs comprometidas com a superação da fome e a promoção da soberania alimentar, e a defesa da qualidade dos alimentos e da alimentação adequada e saudável. A Rede também enfatiza a cooperação nacional e internacional, a diversidade metodológica, a interdisciplinaridade, e a interação entre conhecimento, política e ação, tudo isso orientado por princípios de independência, autonomia e compromisso com a equidade e a justiça social.

Os autores defendem que a segurança alimentar vai além de simples transações econômicas, sendo um direito coletivo. Enfatizam a responsabilidade crucial do Estado em estabelecer e executar políticas que enfrentem a insegurança alimentar, devido à sua influência em áreas como saúde, educação e moradia. A frase marcante do sociólogo e ativista brasileiro dos direitos humanos Herbert José de Souza, conhecido como Betinho (1935-1997), “quem tem fome tem pressa!”, é evocada para sublinhar a necessidade premente de enfrentar essa questão.

A obra, em sua segunda parte, concentra-se nos Restaurantes Populares, vistos como uma solução estatal eficaz para o problema da fome. Estes estabelecimentos, ao oferecerem alimentação de qualidade a preços acessíveis ou de forma gratuita, impulsionam a economia local comprando de pequenos agricultores. Toledo (PR) é ressaltado como um exemplo bem-sucedido de integração entre os Restaurantes Populares e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da cidade. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) combinados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que está integrado ao Plano Nacional de Educação (PNE).

Entretanto, a trajetória dos Restaurantes Populares não é composta apenas por vitórias. A partir de 2019, alterações no panorama político do Brasil levaram a um declínio nas políticas sociais, impactando a operação desses estabelecimentos. Em Toledo, a política de preço único foi trocada por um sistema que varia de acordo com a renda, o que resultou em uma diminuição da demanda e afetou negativamente os pequenos agricultores.

Os autores finalizam com uma análise crítica sobre a redução de políticas sociais e as consequências da pandemia, ressaltando a necessidade de preservar e potencializar os Restaurantes Populares como um elemento central no combate à fome e à insegurança alimentar. A obra se diferencia pela sua avaliação detalhada e chamado à mobilização, proporcionando uma perspectiva ampla e contemporânea sobre um dos desafios mais prementes do Brasil atual. Esta obra, além de seu valor acadêmico, possui uma importância social e política significativa. É uma leitura essencial para cidadãos que desejam compreender a fundo as questões de segurança alimentar no Brasil. Recomenda-se fortemente que representantes do poder legislativo e executivo em suas diversas instâncias leiam e debatam o livro, utilizando suas análises e propostas para fomentar políticas públicas eficazes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

SCHNEIDER, Mirian Beatriz; PAULA, Nilson de; COSTA, Francielly da Fonseca. **Políticas públicas de combate à fome: a trajetória dos Restaurantes Populares de Toledo/PR.** Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.